



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

| S/Referência | S/Comunicação | N/Referência | Data |
|---------------------|----------------------|---------------------|-------------|
| S/2164/2022 | 06/07/2022 | Sai-AP/2022/87 | 27/07/2022 |

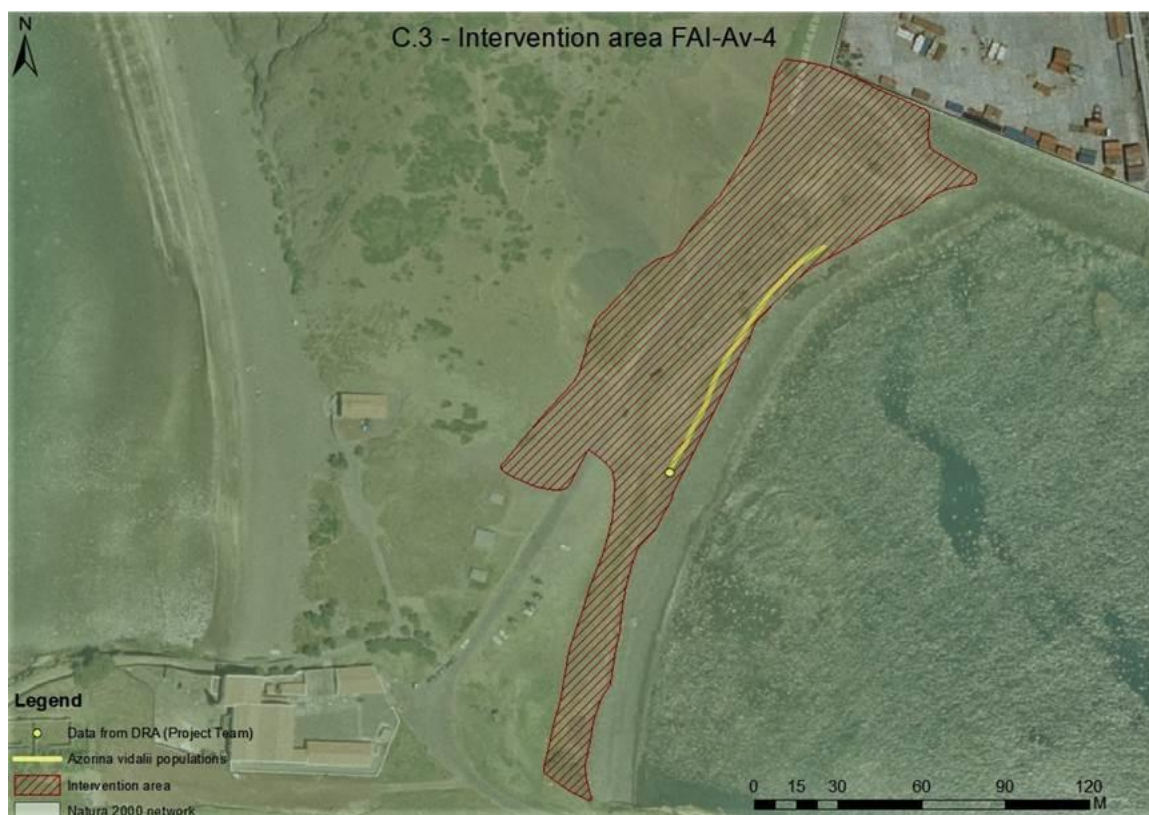
ASSUNTO: Requerimento n.º 411/XII (BE) – “Impacto ambiental na duna de Porto Pim integrada no projeto LIFE VIDALIA”, apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1 - A decisão de criar a rampa provisória de acesso à Praia de Porto Pim através da remoção de uma parte substancial da duna que está a ser alvo de um projeto europeu de proteção ambiental foi precedida de algum parecer técnico? Em caso de resposta afirmativa, solicita-se o envio do(s) referido(s) documento(s).

A rampa de acesso à Praia de Porto Pim, que tal como é referido, é provisória, foi preparada com material não consolidado, não numa parte substancial da duna, mas sim numa zona periférica da duna e que evidenciava elevados sinais de degradação.

Mais se informa que a área onde foi preparado o acesso à Praia de Porto Pim não se encontra na área de intervenção do projeto europeu a que se refere e que se julga ser o projeto LIFE VIDALIA, tal como evidenciado pela foto que abaixo se apresenta e que faz parte do acordo celebrado com a União Europeia, no que se refere ao projeto LIFE VIDALIA.



Informa-se ainda que o local onde foi preparada a rampa, com material não consolidado, tem um carácter provisório, de forma a dar resposta ao controlo de espécimes de uma alga invasora, que tem impactes altamente negativos para os habitats e saúde pública.

2 - Sabendo-se que a criação desta rampa de acesso à praia de Porto Pim teria impacto na duna que está a ser intervencionada no âmbito do projeto LIFE VIDALIA, porque é que o Governo não discutiu o assunto com as entidades que integram este projeto como organizações de apoio e nem sequer as informou?

Tal como referido na resposta à questão anterior o local onde foi preparada a rampa, com material não consolidado, tem um carácter provisório, de forma a dar resposta ao controlo de espécimes de um alga invasora, que tem impactes altamente negativos para os habitats e saúde pública. Refere-se novamente, e tal como enquadrado na resposta à questão anterior que a área não constitui área de intervenção do projeto LIFE VIDALIA. Também se informa que se procedeu a uma consulta ao projeto LIFE VIDALIA de forma a validar a área de intervenção do projeto, acordada com a União Europeia (imagem patente na resposta à pergunta 1).



3 - Durante quanto tempo será mantido este acesso provisório? Como será reposta a situação anterior?

Este acesso, tal como referido anteriormente, é provisório e será mantido até estarem reunidas as condições para realizar o trabalho de remoção de algas e limpeza da praia.

Uma vez que se trata de material não consolidado a situação será reposta facilmente com a acomodação no local do material que foi colocado ao lado do acesso. De referir que foi criada uma paliçada e plantados espécimes de espécies endémicas para contribuir para a consolidação da duna, melhorando o seu estado relativamente à situação anterior.

4 - Porque não foram contempladas alternativas, no acesso ao areai pelo lado da Fábrica da Baleia, que não interferissem com a componente natural da zona (dunas e vegetação) e que garantissem a solidez do pavimento do acesso?

Foram contempladas todas as situações possíveis na análise efetuada, sendo que esta foi a única que ofereceu garantias, dentro do enquadramento atual, de se conseguir proceder à limpeza da praia e remover as algas invasoras, com a maquinaria necessária, de forma a evitar um problema de saúde pública e a minimizar o impacto das referidas algas nos habitats em causa, tendo sido acauteladas medidas para garantir a consolidação da duna, com colocação de paliçadas e plantação de espécimes de espécies endémicas.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública